(Provisório)

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O Meio ambiente e a sua normatização no Brasil **11**

1.1. Definição de meio ambiente 11
1.2. Espécies de meio ambiente 11
1.3. Normas ambientais no Brasil 12
1.4. Tópico – Síntese 13

Capítulo 2 – Normas constitucionais ambientais **15**

2.1. Competências constitucionais 15
2.1.1. Competências na Constituição e na LC 140/2011 16
2.1.2. Competências legislativas ambientais 24
2.2. Meio ambiente artificial 32
2.3. Meio ambiente cultural 34
2.4. Meio ambiente natural 35
2.5. Ordem econômica ambiental 40
2.6. Tópico – Síntese 41

Capítulo 3 – Princípios ambientais **43**

3.1. Princípio da prevenção 43
3.2. Princípio da precaução 44
3.3. Princípio do desenvolvimento sustentável 46
3.4. Princípio do poluidor-pagador 47
3.5. Princípio do usuário-pagador 48
3.6. Princípio do protetor-recebedor 49
3.7. Princípio da cooperação entre os povos 51
3.8. Princípio da participação comunitária ou cidadã 51
3.9. Princípio da natureza pública (ou obrigatoriedade) da proteção ambiental 52
3.10. Princípio do limite ou controle 52
3.11. Princípio da informação 52

3.12. Princípio do pacto intergeracional ou equidade 54
3.13. Princípio da função socioambiental da propriedade..... 54
3.14. Princípio da proibição do retrocesso ambiental 55
3.15. Tópico – Síntese 56

Capítulo 4 – A política nacional do meio ambiente e o sistema nacional do meio ambiente..... 59

4.1. A política nacional do meio ambiente..... 59
4.2. O sistema nacional do meio ambiente 61
4.3. Instrumentos da política nacional do meio ambiente..... 66
4.3.1. Padrões de qualidade ambiental 67
4.3.2. Zoneamento ambiental..... 68
4.3.3. Avaliação de impactos ambientais (ou estudos ambientais) 69
4.3.4. Licenciamento ambiental 75
4.3.5. Incentivos à produção e instalação de equipamentos e à criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental 88
4.3.6. Criação De espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público..... 88
4.3.6.1. Área De Preservação Permanente (App) 90
4.3.6.2. Reserva Legal (Rl) 99
4.3.6.3. Áreas de uso restrito..... 102
4.3.6.4. Unidade de Conservação (Uc)..... 103
4.3.6.5. Mata Atlântica..... 112
4.3.7. Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente. 115
4.3.8. Cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental 116
4.3.9. Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental 116
4.3.10. Relatório de qualidade do meio ambiente 116
4.3.11. Garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente 116
4.3.12. Cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais 117

4.3.13. Concessão florestal 117
4.3.14. Servidão ambiental 119
4.3.15. Seguro ambiental 120
4.4. Tópico – Síntese 121

Capítulo 5 – Responsabilidade ambiental civil, administrativa e criminal 127

5.1. Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente 128
5.2. Infrações administrativas ambientais 139
5.3. Crimes ambientais 145
5.3.1. Responsabilidade penal da pessoa jurídica 145
5.3.2. Competência para o Julgamento 148
5.3.3. Penas das pessoas físicas 150
5.3.4. Penas das pessoas jurídicas 150
5.3.5. Liquidação forçada da pessoa jurídica 150
5.3.6. Apreensão dos produtos e instrumentos do crime 151
5.3.7. Suspensão condicional da pena 152
5.3.8. Circunstâncias agravantes e atenuantes 152
5.3.9. Iniciativa da ação penal 153
5.3.10. Princípio da insignificância ou bagatela 153
5.3.11. Características gerais dos crimes ambientais 155
5.3.12. Crimes contra a fauna 156
5.3.13. Crimes contra a flora 160
5.3.14. Crimes de poluição e outros crimes ambientais 165
5.3.15. Crimes Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural 168
5.3.16. Crimes contra a administração ambiental 170
5.4. Tópico – Síntese 171

Apêndice Súmulas Ambientais do STJ 175

Referências 177